

INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SCHOOL INCLUSION OF CHILDREN WITH DOWN'S SYNDROME IN CHILDHOOD EDUCATION

Marciana Vieira de Sousa

Universidade Federal do Piauí- UFPI, PI, Brasil. E-mail: marcianadrink51@hotmail.com

Izabel Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Piauí- UFPI, PI, Brasil. E-mail: izabel6418@gmail.com

Rafael Soares Silva

Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL, SP, Brasil. E-mail: doc.rafaelsoares@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v1i3.32>

Recebido em: 03.10.2020

Aceito em: 12.12.2020

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa que tem como pergunta problema: Como acontece a inclusão de alunos com Síndrome de Down na Educação Infantil, em uma CMEI da rede Municipal de Timon – MA? E como objetivos específicos: identificar as concepções teóricas sobre inclusão na Educação Infantil; observar as metodologias utilizadas pelos professores que favoreçam a inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil e verificar as dificuldades encontradas pelos professores no processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down. Para atingir esses objetivos buscou-se embasamento em teóricos como: Pueschel (1993), Stainback&Stainback (1999), Voivodic (2013), Bardin (2004), entre outros autores. Este estudo está dividida em duas sessões revisão bibliográfica, na qual versa sobre a Inclusão de crianças especiais na Educação Infantil e a Síndrome de Down (SD). A segunda apresentou os resultados do estudo. Em seu aspecto metodológico, utilizamos a pesquisa qualitativa, como técnica de produção dos dados usaram o questionário e observação, como dimensão particular da pesquisa qualitativa. Esta pesquisa teve como participantes professores da Educação Infantil de uma CMEI do município de Timon (MA), que atuam nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A presente pesquisa evidencia que a cada dia vem acontecendo mesmo que de forma lenta a inclusão dos alunos com síndrome de Down e que as dificuldades estão ficando esquecidas no passado possibilitando assim o aprendizado desse aluno.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Educação Infantil. Educação Especial.

Abstract: *This paper presents the results of the research that has the problem question: How does the inclusion of students with Down syndrome in Early Childhood Education happen, in a CMEI of the municipal network of Timon - MA? And as specific objectives: to identify the theoretical conceptions about inclusion in Early Childhood Education; observe the methodologies used by teachers that favor the inclusion of children with Down Syndrome in Early Childhood Education and verify the difficulties encountered by teachers in the*



process of including children with Down Syndrome. To achieve these objectives, we sought to base ourselves on theorists such as Pueschel (1993), Stainback & Stainback (1999), Voivodic (2013), Bardin (2004), among other authors. This study is divided into two bibliographic review sessions, in which it deals with the inclusion of special children in Early Childhood Education and Down Syndrome (DS). The second presented the results of the study. In its methodological aspect, we used qualitative research, as a data production technique they used the questionnaire and observation, as a particular dimension of qualitative research. Teachers of Early Childhood Education attended this research from a CMEI in the municipality of Timon (MA), who work in the Specialized Educational Service (AEE) rooms. These research shows that every day the inclusion of students with Down syndrome has been happening even slowly, and that the difficulties are being forgotten in the past, thus enabling the learning of this student

Keywords: *Down's syndrome. Child education. Special education.*

1 Introdução

A Síndrome de Down (SD) é causada pela presença de três cromossomos 21 em todas ou na maior parte das células de um indivíduo. Isso ocorre na concepção da criança. As pessoas com SD, ou trissomia do cromossomo 21, têm 47 cromossomos em suas células em vez de 46, como a maior parte da população. Contudo, as crianças, os jovens e os adultos com SD podem ter algumas características semelhantes e estarem sujeitos a uma maior incidência de doenças, mas apresentam personalidades e características diferentes e únicas peculiares a sua especificidade.

Nesse sentido, a implementação de crianças com SD na Educação escolar requer professores específicos. No sistema educacional brasileiro compreendemos grandes avanços no que se trata da educação escolar de crianças com Síndrome de Down, mas também ver-se uma diversidade de desafios, dentre eles, o de conseguir uma educação que ampare os objetivos da diversidade da condição humana, isto é, o acesso, o ingresso e a permanência desses educandos especiais mediante a educação inclusiva que se encontra distante do ideal para que possa ser decretado e garantido legalmente uma educação de qualidade para todos sem distinção de raça, cor ou credo, e a realidade das condições atuais dos sistemas escolares.

Diante disso, busca-se por meio desta pesquisa: Analisar a inclusão de alunos com Síndrome de Down na Educação Infantil, em uma CMEI da rede Municipal de Timon – MA. O processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down no ensino regular é um processo novo no contexto atual, podendo gerar tensão e ansiedade nas famílias. A facilidade ou a dificuldade com que essas famílias enfrentam esse processo tem relação direta com sua trajetória de vida, dentre outros motivos. Cabe aos profissionais envolvidos estarem alertas para a necessidade constante de atualização de dados sobre as famílias durante todo o processo de inclusão para que possam auxiliá-las, planejando e realizando intervenções criativas e adequadas às suas necessidades.

Dessa forma, existem vários motivos para que uma criança com Síndrome de Down venha a ter a oportunidade de conviver numa escola da rede regular de ensino, sobretudo na Educação Infantil. Cada vez mais pesquisas têm sido publicadas sobre o processo de inclusão, sobre o conhecimento das capacidades das crianças com Síndrome de Down e o seu potencial. Ao mesmo tempo, os pais têm se informado sobre os benefícios que a inclusão pode trazer para a vida e o aprendizado dessas crianças.

Vale ressaltar, que as escolas necessitam de uma política transparente e sensível que aborde a inclusão de crianças com necessidades especiais. Essa compreensão deve vir especificada no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas da rede regular de ensino. Esse documento, norteador das ações da escola, é quem irá disseminar a ideia de unidade de trabalho na escola. Logo, os gestores devem ser comprometidos com esta política e procurarem apoiar os professores, auxiliando-os nesse processo.

Pesquisas têm mostrado que crianças com SD estão se inserido cada vez mais em escolas da rede regular de ensino, com proposito de que a inclusão aconteça verdadeiramente, garantindo o direito à Educação. Este é o resultado de algumas ações como, por exemplo: impor aos pais e familiares com o apoio de organizações não governamentais, assim como a participação da sociedade em fazer cumprir a legislação.

1.1 O Processo de inclusão na escola

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, N. 9394/96, traz em seu artigo 58, um conceito de educação especial, no inciso 1º dispõe sobre os serviços e no inciso 2º sobre o atendimento:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Assim, o direito de alunos com essas necessidades especiais é garantido pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), que em seu artigo 208, parágrafo III diz: que o dever do Estado com a educação será de fato efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Desta forma, entendemos que a educação é importante fator de transformação para todos os indivíduos e se oferta for de qualidade, ou seja, que atenda às necessidades educativas especiais torna-se indispensável e fundamental para os indivíduos com deficiência mental. Logo, “as crianças com Síndrome de Down tem a deficiência mental como uma de suas características mais constantes e, portanto, é evidente a complexidade e a importância de sua educação” (VOIVODIC, 2013, p.17).

Ainda assim, há vários debates entre profissionais e pais no que concerne ao papel da educação especial e sobre como a criança aprende melhor. Para isso é sempre bom manter um bom relacionamento com os pais e familiares dos alunos, trazendo-os para o cotidiano da escola e incluindo-os no processo de aprendizagem e até nas tomadas de decisão, é algo extremamente benéfico não só para as escolas de educação infantil, mas também para os alunos, de maneira geral.

Assim, durante o momento de aprendizagem, todas as partes envolvidas trocam experiências, informações e conhecimentos. Sendo assim, a dinâmica flui melhor quando se mantém uma relação positiva, o que também contribui para se manter a motivação em sala.

Todavia, a escola deve oferecer oportunidades para que as crianças com Síndrome de Down possam desenvolver as suas habilidades sociais e criem uma sensação de identidade pessoal, auto respeito e prazer (PUESCHEL,1993).

As crianças com Síndrome de Down levam mais tempo para se desenvolver e, portanto precisam de um currículo norteador mais específico, de propostas pedagógicas que favoreça o aprendizado desse tipo de alunado. Essas crianças possuem, em geral, um perfil de aprendizagem específico caracterizado com pontos fortes e fracos. Contudo, estar por dentro dos fatores que facilitam e/ou inibem o aprendizado desse público, permite aos docentes planejar e aplicar com atividades importantes, significativas e programas de trabalho.

1.2 Concepções sobre a inclusão

Falar de inclusão atualmente na sociedade é um desafio. Isso se deve ao fato dessa mesma sociedade criar maneiras para incluir alunos especiais em escolas regulares com alunos ditos “normais”. Além disso, também há o preconceito impregnado nas pessoas e também a falta de verbas públicas suficientes para investir nas estruturas físicas e na formação dos professores para melhor atender esse público tão merecedor de respeito e que possui muitos direitos que devem ser respeitados por todas as esferas da sociedade como um todo.

Diante disso, Fernandes (2006, p. 45) afirma que a inclusão “é um movimento ligado à valorização de todas as pessoas, independente de suas diferenças individuais, inclusive àquelas com deficiências”.

Além disso, promover a inclusão social é integrar as pessoas dentro da sociedade e também proporcionar a igualdade de oportunidades no que diz respeito à oferta educativa, isto é, para que a inclusão social das pessoas com necessidades especiais aconteça de fato e de direito, são fundamentais atuações afirmativas que combatam de forma eficaz o preconceito e a desigualdade enfrentada por essas pessoas dentro da sociedade e, nesse sentido, a escola é o caminho da inclusão, orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, e na aceitação das diferenças individuais.

Na mesma direção, Stainback e Stainback (1999, p. 21) apud Martins (2011, p. 19), diz que a educação inclusiva pode ser definida como “a prática da inclusão de todos independentes de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural- em escolas e salas de aulas provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas”.

Dessa forma, essa clientela é amparada pela legislação em que assegura que “o atendimento aos alunos com necessidades especiais devem ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade a educação básica” (BRASIL apud GÓES e LAPLANE, 2004, p. 23).

Logo, sabemos que dificuldades existem em todo o processo educativo, mas que precisam ser superadas, pois isso não deve impedir que a inclusão acontecesse e nisso concordamos com Góes e Laplane (2004) quando reafirmamos que a inclusão já prevista na conta, mais é a constituição, que traz a inclusão como um direito, consideramos um crime quando por algum motivo, as escolas não receberam alunos com necessidades especiais.

1.3 O papel dos docentes no processo de inclusão

No ensino inclusivo o que está em questão não é se os alunos devem ou não receber atendimento educacional especializado, de pedagogos qualificados ou de pessoal especializado, mais sim de pessoas com experiências educacionais apropriadas que possa contribuir para o aprendizado dos mesmos, utilizando ferramentas e técnicas das quais este alunado necessita. A questão está em oferecer a esses alunos os serviços de que necessitam um ambiente adequado, e em proporcionar aos professores atualização de suas habilidades profissionais.

Um dos benefícios que a escola proporciona para os docentes é poder desenvolver um planejamento e conduzir a educação como parte de uma equipe. Muitos docentes sentem-se distanciados porque a ética do ensino proporciona poucas ou nenhuma oportunidades para uma interação cooperativa destes profissionais.

Os docentes é quem tomam conhecimento dos progressos na educação, conseguem planejar melhorias e participam do planejamento da vida escolar diária. Cabe aos professores uma das principais tarefas, articular e organizar o currículo adaptando, dominando o conhecimento sobre o aluno com SD e seu modo de aprendizagem. Também cabe ao educador a tarefa de ensinar e auxiliar a proposta adaptada, sensibilizar e conscientizar a turma sobre a importância de conviver na diversidade. Seu trabalho deverá acontecer de forma cooperativa com o educando especial e os profissionais de suporte, quando necessário. Os recursos que a adaptação venha a exigir devem ser conquistados junto com o diretor da escola e solicitados para as devidas instâncias.

O docente deverá também, manter o vínculo com a família para ter ciência do que está sendo trabalhado fora do ambiente escolar como uma forma de intermediar o diálogo e aproximar essas duas instituições: família e escola, isto é, família e escola devem levar em consideração as influências externas que, sem acompanhamento das duas instituições podem favorecer ou não o desenvolvimento das crianças, influenciando positivamente ou negativamente, na formação do educando.

Logo, a forma como o professor realiza seu trabalho no processo de inclusão é fundamental para o sucesso da aprendizagem. O desenvolvimento de uma metodologia pedagógica adequada que possa desenvolver aprendizagem desses alunos, que tem como objetivo rever o papel do professor e do aluno quanto a ensinar e aprender pode ser constantemente revisado e atualizado.

No ensino inclusivo, o professor atua como mediador da aprendizagem, valorizador dos conhecimentos de cada pessoa, organizando as ações exploratórias, as leituras, as interpretações de cada etapa.

O docente é estimulado a observar os aspectos cognitivos, afetivos, emocionais e sociais de cada aluno, além de organizar problematizações, relações entre às áreas da ciência e etc. a pratica pedagógica com educandos que apresentam Necessidade Educacional Especializada (NEE) tem objetivos que expressam diferenças de: capacidade de análise, de síntese, de estabelecer relações, de comparação e de avaliação.

1.4 Dificuldades no processo de inclusão

Na integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de várias possibilidades educacionais, que abrangem desde o acesso em ensino de escola especial até o ensino em salas de aula do Ensino Regular, dentro de uma concepção de inserção parcial e segregadora.

O aspecto a se chamar atenção é que as escolas isolam os alunos com necessidades educacionais especiais e só integra os que não constituem nenhum tipo de desafio, isto é feito quando se indica escolas de rede regular aos que foram avaliados por instrumentos e profissionais supostamente específicos.

Inserir aluno com necessidades educacionais especiais em uma sala de aula de ensino regular não faz dela inclusiva. A mesma só poderá ser uma sala inclusiva quando atender e responder, com qualidade, às necessidades educacionais de todos os alunos que nela se encontram. A inclusão considera de condições e possibilidades para que as pessoas com necessidades educacionais especiais possam realmente ter os mesmos direitos de usufruir da comunidade, ao mesmo tempo em que tenham suas singularidades respeitadas.

No entanto, a educação inclusiva propõe a organização de escolas nas quais seja privilegiada a fusão entre a qualidade do atendimento especializado com a qualidade no atendimento da rede regular de ensino, vivendo a experiência de uma verdadeira comunidade educacional, em que exista a aceitação, a solidariedade, a diversidade, o respeito e trabalho. Uma escola inclusiva aprende a trabalhar com as diferenças e vários estilos e ritmos de aprendizagem.

2 Metodologia

A construção de um trabalho científico requer uma travessia que demanda cautela, pois consiste na descoberta de uma realidade, por meio do conhecimento, do uso de métodos e técnicas de investigação. Este trabalho se encontra inserido no campo das ciências sociais. Assim, torna-se essencialmente respaldado na abordagem qualitativa. De acordo com Ludke e André apud Vieceli (2006, p. 37) é na pesquisa qualitativa que se “supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que se está sendo investigada”.

Sobre essa abordagem de pesquisa, Bogdan e Biklen (1994, p. 47) realçam algumas características no âmbito da educação, a exemplo da possibilidade de o investigador frequentar o local de estudo. Assim, as “[...] ações podem ser melhor compreendidas [...]”, por meio da observação do contexto local, da descrição e de alguns questionamentos.

Assim, utilizamos diante da diversidade de técnicas que a pesquisa possui, como produção de dados o questionário e observação. Para a escolha dos participantes da pesquisa seguimos alguns critérios para seleção da amostra, a saber: ter, no mínimo, cinco anos de experiência docente na Educação Infantil; trabalhar com crianças com SD e ter aceitado participar da pesquisa. Esses parâmetros foram fundamentais, porquanto facultaram o direcionamento a possíveis respostas ao problema.

Neste trabalho utilizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada nos autores: Pueschel (1993), Stainbac&Stainback (1999), Voivodic (2013). Os mesmos discutem sobre a temática abordando a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e mais especificamente com Síndrome de Down.

2.1 O processo de inclusão de crianças com SD no CMEI da rede municipal da cidade de Timon (MA)

A pesquisa foi realizada com as professoras diretamente envolvidas no processo de inclusão na educação infantil, as professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no intuito de relatar a concepção desses profissionais sobre a inclusão dos alunos com SD. Vale ressaltar que, participaram desta pesquisa 02 (dois) professores de uma escola pública do Município de Timon (MA), que possuem alunos com Síndrome de Down.

Os dados que emergiram se deu por meio do questionário, composto de 05 (cinco) questões: 03 (três) abertas e duas fechadas. Os questionários foram aplicados/entregues aos professores com antecedência de uma semana da data de entrega prevista e os mesmos foram recebidos na data marcada como antes combinado.

Depois de coletados os dados, procedeu-se com o processo de análise de dados que seguiu todas as etapas que compõem análise de conteúdo. Para se analisar e interpretar os dados adotou-se análise de conteúdos proposta por Bardin (2004, p.27), que diz ser um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivo de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores qualitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Os dados nos permitiu organizá-los em cinco categorias de análise: “concepções de inclusão”, “metodologias favoráveis à inclusão de crianças com Down”, “dificuldades encontradas no desenvolver do ensino inclusivo”, “estrutura física e de pessoal da escola para acolher alunos com Down” e a questão dos “cursos de formação continuada na prática inclusiva”. Em seguida realizamos a análise e interpretação dos dados.

2.2 Caracterização do espaço pesquisado

A pesquisa foi realizada em um CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) da rede pública de ensino, situada em Timon (Maranhão), na vila do Bec Timon (MA). Na escola pesquisada funcionam Educação Infantil (Pré-escola) e Ensino Fundamental Anos Iniciais como pode ser observado na figura 1.

Figura 1: alunos da CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil)



Fonte: Autores

A estrutura física da Escola é constituída por: 5 salas de aula, 01 diretoria, 01 sala de professores, 03 banheiros, 01 cantina, 01 depósito para merenda, 01 Almojarifado e 01 Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE). Material permanente: 02 bebedouros, carteiras, 01 fogão com 04 botijões.

Os recursos humanos da Instituição são constituídos por: 23 Professores, 01 diretora, 01 diretora adjunta, 01 pedagoga, 01 secretária, 03 zeladoras, 02 merendeiras e 02 vigias.

2.3 Perfil dos sujeitos pesquisados

Os sujeitos desta pesquisa foram compostos por duas crianças com SD com idade de três e quatro anos e dois professores, sendo ambos do sexo feminino, com idade entre 35 e 47 anos que lecionam em escolas municipais. Quanto à formação acadêmica eles possuem ensino superior em licenciatura plena em Pedagogia e pós-graduação em educação infantil. Os mesmos foram escolhidos para fazer parte desta pesquisa, por trabalharem com crianças especiais em salas regulares de ensino.

3 Resultados e discussão

Para que se pudéssemos analisar a realidade vivenciada e o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down na educação infantil, foram levadas em consideração as observações realizadas que buscaram analisar a inclusão de alunos com Síndrome de Down na Educação Infantil, verificando se a inclusão em sala de aula acontece de fato.

3.1 Análise dos resultados obtidos a partir das observações e questionário

Aos alunos observados nos referiremos de “A” e “B”. Aos professores: P1 e P2, com o objetivo de preservar a identidade dos mesmos. O que se observou na escola pesquisada é que o aluno “A” é uma criança de três anos, transferida de uma escola privada, incluída recentemente na escola pública. “A” foi muito bem acolhida pelos coleguinhas que compartilham os brinquedos e as brincadeiras. “A” interage muito bem com os demais alunos e professores o que facilitou o aprendizado, mesmo com algumas dificuldades.

Já o aluno “B” foi matriculado no segundo período, nos primeiros dias ele permanecia afastado dos coleguinhas mesmo os profissionais sabendo que na escola anterior ele tinha um bom relacionamento com os alunos. Durante o recreio de aula “B” começou a brincar com as demais crianças da sala e fazer amizades.

Depois de dois meses de aula “B” “está bem familiarizado com todos. Quanto ao aprendizado “B” ainda está lento, pois além de Down, o mesmo tem hiperatividade segundo o laudo da criança. As tarefas como, por exemplo, letras ampliadas e atividades de colagem e recorte para o “B” são totalmente adaptadas, porém ele ainda não percebeu essa modificação em relação à turma.

A escola se torna inclusiva, quando reconhece a necessidade e as diferenças dos alunos diante as suas dificuldades. Não é fácil e imediata a adoção desse sistema e de novas práticas, pois não depende somente da escola e sala de aula, tem outros fatores importantes para que a mesma aconteça. Para que as escolas se tornem inclusivas e patentes à necessidade de atualização e novas

práticas e conceitos, assim como a redefinição e aplicação de novas alternativas como também novas práticas pedagógicas educacionais compatíveis com a inclusão.

Na escola pesquisada o P1 propõem atividades em sala de aula que envolve o aluno com Síndrome Down, faz adaptações de tarefas sempre que preciso. Recorremos a Paixão (2013) para afirmar que a escola atual precisa se modificar para que seja garantido o acesso a todos esses sujeitos. E, o primeiro passo é a escola se preparar para receber a matrícula do aluno com Down. Além disso, as escolas devem prover-se dos mais variados recursos e currículo adaptado para atender de forma mais eficaz os alunos com necessidades educacionais especiais, isto é deve-se promover diariamente adaptações, tornando-o adequado às especificidades dos educandos.

Em relação ao trabalho pedagógico P1 professor de “A”, a mesma utiliza duas metodologias diferenciadas adequando às atividades diárias conforme as necessidades de cada aluno sendo ele “normal” ou especial. A mesma diz que uma formação continuada:

Ajuda muito na compreensão desse conhecimento, pois se torna mais fácil o trabalho quando estamos familiarizados com as dificuldades do aluno com Síndrome de Down.

Assim, o professor P2 observa se o aluno com Down compreende a mensagem que está sendo repassada oralmente, se ele tem a capacidades de expressar suas ideias de modo coerente com o contexto que está sendo proposto em sala. Em contrapartida a movimentação do aluno em sala através de movimentos corporais, de escrita e desenhos bem como a motivação de aprender, é bem trabalhado pelos professores.

Dessa forma, as atividades estão sendo adaptadas dentro da especialidade de cada aluno. Para isso o professor procura se especializar para que tenha o conhecimento mais aprofundado para poder trabalhar não só o aluno com síndrome de Down mais todas as crianças com necessidades especiais que ele possa vir a trabalhar futuramente.

Nesse sentido, González (2007) diz que o comportamento e o desenvolvimento de pessoas com Síndrome de Down dependem bastante dos estímulos que recebe e do meio ao qual estão inseridos. Com isso, a criança tem possibilidades de se desenvolver e realizar atividades do seu cotidiano sem ao menos precisar da ajuda de um adulto ou de outra criança.

Por outro lado, o professor “B” discorre que quando falamos em uma escola que promova o desenvolvimento do aluno com Síndrome de Down considerando suas características individuais a atuação da equipe de educadores é fundamental. No entanto, o conhecimento prévio do aluno com Down e o diagnóstico da aprendizagem são itens essenciais para o começo do trabalho pedagógico do/com aluno.

Dessa forma, esclarece Beltrame et al (2009, p. 40) que “a inclusão de alunos com necessidades especiais é vantajosa, pois, quando existe interação social no meio ao qual está pessoa está inserida, isso aumenta a chance de desenvolvimento de suas habilidades sociais”.

Sobre essa perspectiva, é essencial o levantamento de dados sobre o aluno, conhecê-lo, levar em consideração os centros de interesse, localizar indícios e habilidades desse aluno, planejar e definir conteúdos essenciais e, replanejar se necessário. Dessa forma, pode-se trabalhar o aluno com Síndrome de Down de forma a resgatar o aprendizado e favorecer o conhecimento. Na sala estudada o trabalhado com esse aluno é feito de forma que ele não se sinta excluído. As tarefas são as mesmas da turma ocorrendo adaptações se necessário, pois o mesmo consegue

acompanhar de forma mais lenta, mas no geral acompanha os conteúdos.

4 Considerações finais

O tema pesquisado buscou expressar como vem acontecendo e se vem acontecendo à inclusão de crianças com Síndrome de Down na educação infantil de ensino bem como as concepções de inclusão, as metodologias e as dificuldades que permeiam o dia-a-dia dos professores e alunos e em vista disso, tornou-se curioso e interessante, tendo em vista que existe pouca literatura a respeito do tema abordado. A Síndrome de Down (SD) é entendida como uma alteração genética caracterizada pela presença de um cromossomo 21 a mais em todas as células do organismo do sujeito, levando-o a manifestar várias características físicas e mentais específicas em que as crianças apresentam características físicas semelhantes que podem ser observadas em sua aparência desde o nascer, mas não estão relacionadas ao seu padrão de comportamento e desenvolvimento.

De modo geral perguntamos se as crianças estão sendo de fato incluídas ou inseridas? Considerando-se, que a convivência com outras crianças é de suma importância para a aprendizagem e desenvolvimento das mesmas, a pesquisa ganha significado ao analisar o processo de inclusão dos alunos especiais em salas regulares, entre os alunos com e sem necessidades educacionais e tem-se percebido que esses alunos estão sendo muitas vezes inseridos nas salas de aula e não incluídos devido às múltiplas faltas de adaptações tanto nas estruturas físicas das escolas como no currículo e formação dos professores para trabalharem nessa área.

A partir da análise das respostas dos professores com relação às concepções de inclusão, os mesmos afirmam que incluir é proporcionar oportunidades iguais para todos, sem distinção de raça, cor ou capacidades intelectuais, ou seja, deixam-se de lado as deficiências e se preocupa mais com as potencialidades muitas vezes limitadas. Mais ainda, quando reconhece a necessidade e as diferenças dos alunos diante as suas dificuldades.

Com relação às dificuldades no ensino inclusivo percebemos que há uma série de problemas e desafios para que a inclusão aconteça de fato, dentre outros aspectos podemos destacar: falta de recursos como livros, brinquedos educativos e por outro lado, salas superlotadas, faltas excessivas de alunos, baixos salários, falta de acompanhante para alunos especiais, necessidade de atualização e novas práticas e conceitos, bem como a redefinição e aplicação de novas alternativas como também novas práticas pedagógicas educacionais compatíveis com a inclusão e que de certo modo compromete o ensino inclusivo.

O objetivo geral do trabalho foi o de apresentar os resultados e entender como acontece o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down na educação infantil. A pesquisa e leituras feitas apontaram que a escola precisa trabalhar cada vez mais atividades que levem os alunos a desenvolverem a coordenação motora, tais como: cortar papel com a tesoura, fazer bolinha de papel, entre outras atividades que por falta dessa coordenação e por causa do pouco apoio nas mãos e por falta de interação com os demais colegas de classe, acaba sendo um agravante nesse processo de inclusão.

A realização da pesquisa nos permitiu observar a partir das conversas dos professores resultados positivos que vem acontecendo no processo de inclusão desse alunado em salas regulares de ensino, porém, a passos lentos. Percebe-se nos discursos dos professores que crianças

são tratadas como sujeito ativo, e participativo enquanto sujeito com voz.

De toda maneira, a pesquisa nos trouxe importantes reflexões e considerações sobre a Síndrome de Down. Pode-se constatar que as crianças e jovens com necessidades especiais como a Síndrome de Down devem sim estudar na escola regular, pois está garantido em lei e acima de tudo é um direito deles.

A cooperação do professor é uma das condições fundamentais para o sucesso da inclusão da criança na escola regular no sentido de favorecer por meio de metodologias específicas a esse público através do trabalho com processos cognitivos tais como: percepção, atenção, memória e organização de itinerários mentais, pois se não houver uma aceitação da inclusão por parte dos próprios professores, a mesma não acontece.

Todavia, a escola precisa estar aberta a oferecer condições para receber e atender esse público tão especial e capaz de aprender e também de ensinar, oferecendo apoio educacional especializado adequado para todos os alunos.

Contudo, para que esse movimento de inclusão aconteça é essencial que as crianças com deficiência tenham o suporte de que necessitam, seja do grupo familiar, da comunidade a qual está inserida ou nas escolas. Porém, o principal de tudo, é que o professor, a família e toda a comunidade escolar estejam convictos de que cada aluno tem suas peculiaridades no que se refere ao estilo e ao ritmo de aprender.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BELTRAME, T. S.; HERBER, W.; R., Joyce. **O processo de socialização de uma criança com síndrome de Down no sistema regular de ensino**. Dynamis revista tecno-científica, Santa Catarina, v.15, n.2, p 38-43. 2009.

BOGDAN, R. C.; BILKEN, S. K., **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 23 dez 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FERNANDES, S. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: Ibepex, 2006.

GATTI, B. A. Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 98, p. 85-90, ago. 1996.

GONZÁLEZ, E. **A educação Especial: conceito e dados históricos** In: (coord.) Necessidades Educacionais Específicas. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 17-46.

PAIXÃO, M. do S. L. **Fundamentos da educação especial**. Teresina: EDUFPI/ CEAD, 2013.

PUESCHEL, S. M. **Síndrome de Down**: guia para pais e educadores. Org. Campinas: Papyrus, 1993.

STAINBACK, S.; Stainback W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VIECELI, G. **O Estágio Supervisionado no Curso de Pedagogia**. 2006. 87 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba-SC.

VOIVODIC, M. A. M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.